

POBREZA E REFORMA AGRÁRIA SEGUNDO RUY MILLER PAIVA

Oriovaldo Queda¹

RESUMO

A obra de Ruy Miller Paiva revela que a Reforma Agrária, encarada como um passo revolucionário e que transfere poder, propriedade e *status* de um grupo para outro em uma comunidade, é uma proposta desnecessária e indesejável! O autor concorda que, inevitavelmente, parte da população não será a beneficiária do processo de modernização em curso na agricultura brasileira. No lugar daquela Reforma Agrária, ele propõe que os pobres permaneçam em áreas agrícolas impróprias ou menos adequadas a uma agricultura comercial. Como compensação, eles receberiam intensa assistência social, educação técnica, recreação e a esperança de um dia trabalhar nos centros urbanos ou em atividades não-agrícolas. Deste ponto de vista, a proposta de Ruy Miller Paiva não passa de um *wishful thinking*.

Palavras-chave: pobreza, Reforma Agrária, agricultura brasileira, desenvolvimento rural.

POVERTY AND AGRARIAN REFORM ACCORDING TO RUY MILLER PAIVA

SUMMARY

The work of Ruy Miller Paiva shows that Agrarian Reform, as a revolutionary step that passes power, property and status from one group in the community to another, is an unnecessary and an undesirable proposal! The Author agrees that, inevitably, part of the country's rural population will not be the beneficiary of the modernization process that is under way in the Brazilian agriculture. Instead of the Agrarian Reform, he suggests that the poor should stay in the countryside, using land which is inadequate or less suitable for commercial agriculture and receiving social assistance, technical education, recreation and waiting for an unforeseeable day to work in the cities or in non-rural activities. From this point of view, the Author's idea is no more than a wishful thinking.

Key-words: poverty, Agrarian Reform, Brazilian agriculture, rural development.

1 - INTRODUÇÃO

Ao comunicar o afastamento de Ruy Miller Paiva, em virtude de sua aposentadoria como servidor público do Estado de São Paulo, a direção do periódico AGRICULTURA EM SÃO PAULO², sem medo de cometer exageros, afirmava: "*Quanto à significância do*

marco representado pela atuação de Ruy Miller Paiva no desenvolvimento da 'Economia Rural' em nosso meio, pode-se, com muita propriedade e resumindo ao máximo, afirmar que se trata do marco fundamental desse setor de atividade técnica (estudos e trabalhos) em nossa agricultura. Graças a ele, a nossa 'Economia Rural' passou da fase empírica para científica" (RUY MILLER PAIVA, 1962, p.1. Aspas no original).

Neste mesmo número do periódico era apresentado um breve resumo bibliográfico dos principais trabalhos de Ruy Miller Paiva, além do seu *curriculum vitae*. Este simples resumo já impressiona o leitor se levarmos em conta a diversidade dos temas abordados. Eles tratam desde a agricultura dos sítiantes paulistas até o ensino e a pesquisa de Economia Rural no Brasil, passando por estudos sobre a "Agricultura na África", o papel da agricultura no desenvolvi-

¹Engenheiro Agrônomo, Sociólogo, Professor Titular do Departamento de Economia e Sociologia da ESALQ/USP.

²Este periódico era então editado pela Divisão de Economia Rural, do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Ruy Miller Paiva foi seu criador e responsável durante vários anos. A Divisão de Economia Rural (criada pela Lei nº 5.122, de 31 de dezembro de 1958) foi transformada em Instituto de Economia Rural pelo Decreto Lei nº 49.796, de 11 de junho de 1968, da mesma Secretaria de Estado.

mento, política de preços mínimos, crédito rural, abastecimento, etc.

A importância da sua contribuição continua até hoje, dada a sua influência na formação, não só de engenheiros agrônomos, dedicados aos estudos da economia rural brasileira, mas de toda uma geração de cientistas sociais. Mas, a sua obra está marcada, também, por uma preocupação sincera e constante com os baixos níveis de salários e de renda da mão-de-obra e dos agricultores familiares brasileiros. Ela revela um pesquisador rigoroso, inovador e dotado de sensibilidade social, característica pouco comum entre os seus colegas de trabalho³.

As atividades desenvolvidas por Ruy Miller Paiva sugerem: a) uma preocupação extremada com o uso de dados - quer secundários, quer primários - para desenvolver os seus argumentos; b) uma pretensão de realizar análises objetivas que pudessem apontar as causas fundamentais da pobreza rural e c) uma busca incessante de medidas objetivas⁴ capazes de minorar a gravidade do problema.

E foi nessa condição de pesquisador e propoente de medidas, para aliviar os problemas da agricultura, que Ruy Miller Paiva tornou-se um homem público de reconhecido valor. O fato de continuar trabalhando em agências públicas, mesmo depois de aposentado, valorizou, ainda mais, o desempenho de suas atividades. Mas, o desempenho desse duplo papel acabou representando um foco de tensões entre aquilo que o Autor considerava uma análise objetiva dos fenômenos sociais e as medidas objetivas por ele propostas para solucioná-los.

O leitor irá encontrar numerosas e, às vezes, longas citações de trabalhos de Ruy Miller Paiva. Procurou-se, com isso, evitar as críticas de que a citação foi **pinçada** ou estava **fora de contexto**. Serão citações realistas para alguns e ideológicas para outros.

³Uma exceção, que merece registro, é Salomão Schattam, colega de Ruy Miller Paiva na antiga Divisão de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

⁴A utilização de expressões, como, por exemplo, "interesse nacional", "eficaz e útil à agricultura", "agricultor" e "produtor" esconde, na verdade, interesses conflitantes entre fazendeiros, minifundiários e trabalhadores agrícolas. Não se pretende afirmar que o Autor tivesse desconhecido a existência desses interesses conflitantes, mas apenas que as suas medidas objetivas não contemplam igualmente os interesses de todos esses atores sociais.

Elas têm em comum a frequência com que aparecem nos textos selecionados. Seja como for, um pedido antecipado de desculpas, por tal procedimento, é feita ao leitor.

2 - ANÁLISE DAS FORMULAÇÕES DE RUY MILLER PAIVA

Desde cedo, Ruy Miller Paiva manifestou sua adesão às formulações que preconizavam o aumento da produção agrícola por meio do aumento da produtividade. Nesse sentido, é exemplar um seu trabalho, no que ele tinha de prognosticador sobre: "Retorno da Agricultura de São Paulo para as Zonas Velhas". Nele o Autor afirmava: *"a conclusão a que se chega é pois que, de qualquer forma, teremos de retornar e fazer agricultura nas terras velhas... Impõe-se, pois, como medida de interesse nacional, proporcionar condições para que o trator, as máquinas, adubos e outros elementos essenciais à intensificação, cheguem aos produtores em condições de preços mais satisfatórios. Impõe-se também as demais medidas que facilitem essa intensificação da agricultura e que dizem respeito à garantia de preços, facilidades de crédito e assistência, pois somente assim o aumento de preços de produção necessária para atender a exportação e o consumo poderá ser atendido sem que os preços dos produtos agrícolas subam a níveis muito elevados"* (PAIVA, 1960, p.22).

Ao mesmo tempo em que preconizava o aumento da produção agrícola por meio do aumento da produtividade, o Autor reconhecia que a estrutura agrária paulista, ao manter uma distribuição de posse da terra concentrada, era geradora de problemas. Assim, num trabalho publicado, em janeiro de 1960, ele afirmava que a estrutura agrária paulista constituía-se em *"empecilho para que os parceiros e assalariados possam adquirir glebas próprias de terra... Continua, pois, a agricultura de São Paulo, a apresentar uma estrutura pouco favorável à estabilização social de sua população rural. Levantamento realizado por esta Divisão em 1955 mostra, que dentre os agricultores que exercem atividades braçais, apenas 26% o fazem em terras próprias ou terras de propriedade de suas famílias; cerca de 32% trabalham em terras alugadas ou arrendadas e 43%, ou seja, o maior grupo, são constituídos de assalariados"* (PAIVA & DIAS, 1960,

p.38-39).

Mais tarde, já em 1973, em trabalho que contou com a colaboração de Salomão Schattan e Claus F. Trench de Freitas, ele voltava a enfatizar, ao analisar a evolução da força-de-trabalho rural do Estado de São Paulo, a redução do número de colonos, parceiros e arrendatários e o aumento do número de volantes. Preocupados, os três autores afirmavam que: "*os inconvenientes dessa mudança de colonos e parceiros para volantes se fazem sentir seriamente sobre a população agrícola brasileira, não apenas pelo fato da nova classe de volantes não se beneficiar integralmente dessa legislação trabalhista quanto aos níveis de salários e demais vantagens dessa legislação*" (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p.220). Para eles, os "*inconvenientes mais sérios se fazem sentir nas regiões de agricultura menos comercial do País, em que há abundância de mão-de-obra e a situação dos volantes tende a se tornar insustentável*" (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p.220). Ainda, segundo os mesmos autores, são muito extensas as regiões com essas características no Brasil "*e não há possibilidades de que elas possam vir a adotar uma agricultura mais comercial e produtiva sem que o setor não-agrícola do País se desenvolva paralelamente*" (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p.220).

Finalmente, com uma certa dose de resignação, concluíam que: "*nestas condições, enquanto a modernização não puder alcançar essas regiões menos desenvolvidas do País, seria preferível que a agricultura mantivesse a sua mão-de-obra num sistema de trabalho que garantisse a ela pelo menos a moradia e a área de terra para o plantio de alimento próprio, a exemplo do que ocorre com os sistemas de 'colonato' e de 'moradores' ou 'agregados'. A legislação trabalhista do Brasil, para se tornar mais eficaz e útil à agricultura, deveria se adaptar a essa realidade e estabelecer condições que estimulassem o agricultor a manter essas formas de trabalho em suas propriedades agrícolas*" (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p.220).

Para Ruy Miller Paiva já estava claro que, no Estado de São Paulo, embora não existissem condições que favorecessem maior divisão de propriedades agrícolas, impedindo que parceiros, colonos e assalariados pudessem adquirir glebas próprias de terras, a reforma agrária não era a principal opção para encerrar a pobreza rural. Especialmente, a Reforma Agrária,

assim descrita por GALBRAITH (1959) "*é um passo revolucionário; ela transfere poder, propriedade e status de um grupo para outro na comunidade*".

A tímida experiência de Revisão Agrária do Governo Carvalho Pinto (Lei 5.994, de 30/12/60) merece atenção, tendo em vista a manifestação de Ruy Miller Paiva em editorial do periódico *Agricultura em São Paulo* (PAIVA, 1961).

Nessa época, como já foi dito, Ruy Miller Paiva era Diretor da Divisão de Economia Rural e responsável por aquele periódico. Neste número, além do editorial, eram reproduzidos o texto da lei da Revisão Agrária e aquele referente à sua regulamentação. Esta decisão, segundo o editorial, "*estará certamente contribuindo para mais ampla divulgação do importante ato governamental e procurando oferecer ao conhecimento de maior número de proprietários rurais e demais interessados, estas normas básicas relativas à função sócio-econômica da terra em São Paulo*" (PAIVA, 1961, p.1). Esta decisão reforça o comportamento de um servidor público diante de um tema que ele próprio considera difícil de ser "*abordado de modo sereno, objetivo, escoimado de preconceitos indêbitos, de interferências filosóficas, políticas ou religiosas e enfim, de toda a sorte de participação estranha, pelos menos em certa medida, ao aspecto técnico mesmo*" (PAIVA, 1961, p.1). O editorial reconhece que as questões relativas à estrutura agrária estão entrelaçadas com a questão fundamental da distribuição da renda. Reconhece, finalmente, que as diretrizes estabelecidas nesta Revisão Agrária apresentam evidentes aspectos positivos. Resumidamente, eles seriam os seguintes: 1) tentativa pioneira de colocar em prática aquilo que até então era objeto de estudos; 2) utilização mais racional do imposto territorial rural; 3) tratar a questão no âmbito estadual, nível mais adequado dadas as grandes diferenças regionais do Brasil e 4) limitar os objetivos ao que é exequível, restritos aos seus aspectos técnicos. O editorial apoia a decisão, considera cuidadosa, de substituir a expressão *Reforma Agrária* por *Revisão Agrária*, por ser mais adequada tendo em vista o alcance das providências tomadas.

A Revisão Agrária paulista, na sua essência, previa a cobrança do imposto territorial com base no tamanho e valor venal da propriedade, com sobretaxa para as terras incultas e isentando o pequeno proprietário residente. A arrecadação obtida com esse imposto deveria ser utilizada no assentamento de trabalhadores

rurais.

Este acontecimento revela a sensibilidade social de Ruy Miller Paiva, bem como o senso de oportunidade política ao apoiar uma iniciativa do Governo Estadual. Conhecedor que era da estrutura agrária paulista, ele via com simpatia a substituição da expressão reforma agrária por revisão agrária. Como ele próprio reconhecia "*o alcance das providências adotadas que têm as características de um verdadeiro ensaio reformista*" (PAIVA, 1961, p.2). Indo na mesma direção, uma análise recente buscou esclarecer que a Revisão Agrária Paulista constituiu-se, em verdade, em uma proposta de modernização do campo feita pelo Governo Carvalho Pinto (TOLENTINO, 1990).

O apoio de Ruy Miller Paiva à proposta de Revisão Agrária Paulista acentua o que já foi sugerido: a sua preferência ao que é hoje conhecido como modernização agrícola. Essa preferência era semelhante àquela manifestada pelo Conselho Superior das Classes Produtoras, em setembro de 1962: "*O sentido de uma Reforma Agrária só pode ser basicamente a industrialização da agricultura, isto é, o aumento da produtividade agrícola ... Toda e qualquer Reforma Agrária que tenha por objetivo dividir a terra em pequenas parcelas é retrógrada, antinacional e impatriótica, pois representaria um passo atrás da nova evolução agrária e agrícola*" (MEDEIROS, 1982, p.89).

SILVA (1978) é quem certamente, pelo menos até hoje, realizou a mais forte e cruel das sínteses sobre o desenvolvimento capitalista e a questão agrária no Brasil. Diz ele: "*a análise da evolução da estrutura agrária brasileira leva-me a pensar que ela está marcada, ao mesmo tempo, pela continuidade e pela ruptura. A continuidade se afirma notadamente na persistência da estrutura fundiária altamente concentrada. A ruptura, na aceleração do desenvolvimento do capitalismo e na constituição de formas de produção especificamente capitalistas no campo*" (SILVA, 1978, p.5). Para Sérgio Silva a ruptura se processa na década de 1950 e "*só se completa em 1964, quando as diversas frações da burguesia brasileira e os grandes proprietários de terra se reencontram politicamente em torno de uma via de industrialização associada ao capital internacional e que não implica em alterações da estrutura fundiária. No bojo dessas transformações, as classes populares foram afastadas (pelo menos provisoriamente) do cenário político principal e dos benefícios do desen-*

volvimento econômico" (SILVA, 1978, p.5-6). A industrialização brasileira seguiu uma "via reacionária" e, por isso mesmo, a questão agrária é ainda uma questão atual no Brasil, segundo Sérgio Silva.

Os dados, apresentados a seguir, revelam o campo brasileiro como um dos mais violentos do mundo, e no qual os conflitos agrários constituem-se em ocorrências que as políticas públicas não foram capazes de conter⁵ (Tabela I).

No trabalho citado há pouco, Sérgio Silva concluía que: "*o capitalismo no Brasil não resolveu a questão agrária mas também não deixou de desenvolver-se, inclusive no campo... Mas a ruptura é o aspecto dominante. A manutenção da estrutura agrária, altamente concentrada ... (isto é, a continuidade) representa a opção histórica do capitalismo (isto é, - ruptura) por uma determinada via*" (SILVA, 1978, p.7).

A adesão de Ruy Miller Paiva a uma determinada via - isto é, a via reacionária seguida pela industrialização brasileira, de acordo com Sérgio Silva - acabou lhe criando dificuldades para explicar a persistência da pobreza. Essas dificuldades ele as tentou enfrentar em pelo menos três trabalhos: um deles, já citado, "Setor Agrícola no Brasil" (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973), um segundo sobre os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira (PAIVA, 1975) e um terceiro sobre os objetivos econômicos da reforma agrária (PAIVA, 1985).

No segundo, Ruy Miller Paiva admite que "*aqueles que estudam objetivamente o problema da Reforma Agrária reconhecem e sabem que, para se obter a melhoria de renda dos agricultores, a reforma tem de ser acompanhada por um aumento da produção e de produtividade, o que se consegue, basicamente, pela modernização tecnológica da produção. E sabem que essa modernização não é fácil por implicar a mudança de comportamento econômico e social dos agricultores, o dispêndio crescente de insumos modernos e o investimento ponderável de máquinas e benfeitorias*" (PAIVA, 1975, p.211).

Reconhecia, nessa passagem, que aqueles que

⁵Sobre a violência no campo, ver Reforma Agrária, v.22, n.1, jan./abr. 1992, em especial: Santos J.V.T. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. Reforma Agrária, v.22, n.1, jan./abr., 1992, p.4-11.

TABELA 1 - Evolução Recente dos Conflitos Agrários no Brasil, 1989-93

Indicador	1989	1990	1991	1992	1993
Conflitos (nº)	500	400	383	361	361
Assassinatos (nº)	56	75	49	35	42
Pessoas envolvidas (milhares)	192,5	191,5	242,2	154,2	252,2
Áreas em litígio (milhão de ha)	4,4	13,8	7,0	5,7	3,2

Fonte: COMISSÃO (1993, p.9).

sugerem a reforma agrária como alternativa à solução do problema da pobreza, não pensam nela como simples subdivisão de propriedades agrícolas. Contudo, a opção de Ruy Miller Paiva, repetida por várias vezes, era a de que: *"através da modernização (com ou sem uma distribuição de terras) chega-se, portanto, em princípio, à solução adequada da pobreza na agricultura"* (PAIVA, 1975, p.212). E, numa nota de rodapé ele concluía que: *"a reforma agrária deixa, assim, de ser objeto de maior preocupação deste trabalho"* (PAIVA, 1975, p.212). Mas, a reforma agrária, ainda que parcial no seu entender, voltaria a ser objeto de sua preocupação no terceiro trabalho mencionado há pouco (PAIVA, 1985).

A tarefa a que o Autor se impôs, notadamente nos primeiros anos da década de 1970, foi a construção de uma explicação alternativa, por meio da montagem de um engenhoso "mecanismo de autocontrole"⁶. O próprio Autor, ao apresentar as características do seu modelo, já nos alertava: *"Esse modelo, explicativo do processo de modernização, nos leva a implicações inquietantes quanto à possibilidade de se resolver o problema da pobreza na agricultura dos países em desenvolvimento"* (PAIVA, 1975, p.215).

Surgiu então uma conclusão devastadora: uma parcela dos agricultores (cujo número o Autor dizia não ter elementos para calcular), mesmo operando em unidades agronomicamente adequadas à modernização e contando com eficientes serviços de pesquisa,

assistência técnica e crédito, terá que permanecer como produtores tradicionais, aguardando que o desenvolvimento do setor não-agrícola possa absorver sua produção e mão-de-obra e, assim, acelerar a difusão da modernização.

Ruy Miller Paiva não tinha qualquer dúvida de que o aumento do grau de modernização agrícola provoca o agravamento da pobreza na agricultura. Daí a sua compreensão de que a modernização é uma solução de longo prazo para os problemas de renda e salários baixos em países como o nosso. Diante desse conflito, o Autor sugeria medidas de assistência à agricultura de baixos níveis de renda e de salário para melhorar essa situação.

Essas medidas visavam cinco diferentes objetivos: *"a) fazer com que a difusão de técnicas modernas (substitutiva do trabalho agrícola) se processe de forma menos prejudicial aos trabalhadores; b) intensificar a exploração do solo, com o que se pode ampliar o número de agricultores modernos sem maiores prejuízos para os tradicionais; c) ampliar o mercado consumidor interno, principalmente de produtos tradicionais, a fim de que seus preços se mantenham em níveis satisfatórios; de estabelecer um programa de ocupação de novas áreas, de modo a realocar agricultores e trabalhadores em melhores condições de produção; e) estabelecer uma política especial de assistência aos agricultores tradicionais que aguardam oportunidade para se modernizar, procurando, assim, amenizar o sacrifício da esper"* (PAIVA, 1975, p.218).

Esta última medida - ou seja, a de assistência especial à agricultura tradicional - merecia do Autor

⁶Este mecanismo de autocontrole não constitui objeto de preocupação do presente trabalho. Há uma vasta bibliografia a respeito desse tema. Neste número especial de *Agricultura em São Paulo*, ele é abordado em diversos artigos.

uma atenção também especial: "*Não obstante esses programas de ajuda, é importante lembrar que durante o processo de desenvolvimento haverá sempre uma parte da população de agricultores que não poderá modernizar-se; e que parte da mão-de-obra continuará sofrendo com a falta de emprego e salários baixo, situação essa que deverá permanecer, com maior ou menor grau, enquanto não se chegar ao pleno desenvolvimento econômico do País*" (PAIVA, 1975, p.229).

Enquanto esperam por condições menos desfavoráveis, por melhores dias, o Autor sugeria: "*1) reforma agrária parcial para assalariados rurais - isto é, a concessão de áreas próprias de terra para ter residência e praticar agricultura de autoconsumo, enquanto aguardam por melhores condições no setor agrícola ou fora dele*" (PAIVA, 1975, p.230). Essa reforma agrária era parcial pois devia restringir-se à desapropriação e subdivisão de unidades agrícolas, ou áreas dessas unidades, "*que não estão em produção, mas apresentam condições de solo e clima que permitem aos trabalhadores uma produção de autoconsumo*" (PAIVA, 1975, p.230). Assim, acreditava o Autor, que se evitaria que os trabalhadores rurais continuassem morando nas periferias das cidades e trabalhando no campo; 2) serviços de assistência não convencional, que entre outras funções deveriam: "*ensiná-los a melhorar suas condições de habitação e de saúde, utilizando os próprios recursos locais, sem maiores dispêndios financeiros; incentivá-los a aumentar a produção de alimentos para consumo próprio e ensiná-los a conservar esses alimentos após a colheita; e que, a par desses ensinamentos, os oriente no emprego de técnicas modernas que não exigem maior dispêndio de capital, como são as que dizem respeito à época do plantio, espaçamento, rotação de culturas, uso de melhores sementes, preparo de solo com tração animal, etc.*" (PAIVA, 1975, p.230). Para completar, esse serviço de assistência não-convencional, dever-se-ia incentivar os trabalhadores a "preparar melhor suas horas de lazer".

Ruy Miller Paiva parecia não ter dúvidas de que essas medidas poderiam melhorar as condições de habitação, de alimentação e de vida, significando isso tudo uma "*melhoria de renda em termos reais, ainda que não se reflita em aumento de renda financeira*" (PAIVA, 1975, p.230). O que deixava Ruy Miller Paiva em dúvida permanente eram os meios de incentivar esses trabalhadores a realizar um trabalho que se

fazia necessário, para melhorar as suas condições de vida. Como fazer para que eles executem esses trabalhos adicionais, quando não há retorno direto em termos financeiros? E, revelando um forte preconceito, presente em outros trabalhos, escrevia: "*Devido ao baixo padrão cultural, eles talvez não se mostrem interessados em problemas de saneamento, ou no benefício de uma alimentação na base de legumes, frutas, verduras, etc.*" (PAIVA, 1975, p.231).

Para manter a coerência de sua proposta, e para tornar os trabalhadores conscientes da importância desses valores, o Autor sugeria "*um grande movimento de caráter cultural, abrangendo agricultores empresários, trabalhadores rurais e poderes públicos, num movimento cívico de âmbito nacional, a exemplo do que foi feito com a alfabetização pelo MOBRRAL. Ainda que difícil, seria a forma de convencê-los a empregar seus próprios esforços na melhoria de sua condição de vida*" (PAIVA, 1975, p.231).

Em páginas anteriores, do mesmo trabalho, o Autor insistia em assinalar que as condições não satisfatórias de bem-estar social desses trabalhadores não podem ser explicados apenas pelo fator pobreza: "*há nessa situação o reflexo de fatores de natureza cultural em que o descuido e o desinteresse por questões de conforto, higiene e bem-estar contribuem para que a situação se mostre tão desfavorável. As habitações, em termos de conforto e segurança, são primitivas e não garantem as condições sanitárias mínimas desejadas; o consumo de alimentos mantém-se em níveis primários e insuficientes, apesar da possibilidade, que em geral, existe (sic) de se ter uma produção própria adequada dos mesmos*" (PAIVA, 1975, p.205-207). Isso acrescentava, na verdade, uma aceitação e difusão das mais desumanas do estereótipo do trabalhador rural brasileiro (jeca-tatu, caipira) - um indivíduo preguiçoso, indolente e que "não quer subir na vida"⁷.

Dez anos mais tarde, num prazo razoável para uma reavaliação de suas análises e de suas recomendações para minorar a pobreza rural, o Autor voltava a discutí-las em seus "Objetivos Econômicos da Reforma Agrária" (PAIVA, 1985).

O "I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República" (PNRA) proporcionou a ocasião para

⁷Veja-se a este respeito CÂNDIDO (1964) e MARTINS (1975).

Ruy Miller Paiva reforçar a sua crença na correção de suas análises e de suas propostas para o problema de pobreza. Ofereceu-lhe, também, a ocasião de, mais uma vez, rechaçar a utilidade e a conveniência da Reforma Agrária "e pensar em outras opções que possam resolver os problemas do setor agrícola e permitir que este possa melhor contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país" (PAIVA, 1985, p.10).

O principal argumento do Autor, para se deixar de lado a Reforma Agrária era o seguinte: "sabe-se que um dos princípios básicos do processo de desenvolvimento, aceito sem contestação por economistas de diferentes escolas e ideologias, é o que diz que a importância do setor agrícola de um país decresce (em sua importância relativa) a medida que cresce o desenvolvimento econômico total; ou seja, que o setor agrícola deixa de ser um problema de desenvolvimento para ser de estabilidade" (PAIVA, 1985, p.10). Para comprovar o que considera um princípio econômico, o Autor lançou mão de dados mostrando que países mais desenvolvidos têm menos de 10% de sua força de trabalho no setor agrícola. Esse é o caminho que os países "não desenvolvidos" deverão seguir. Desse modo, propor o aumento do número de agricultores era, para Ruy Miller Paiva, uma "medida estranha e difícil de ser aceita" (PAIVA, 1985, p.11).

Para o Autor existem "outras opções racionais e menos dispendiosas". Assim os objetivos econômicos do I PNRA poderiam ser melhor atendidos com as medidas, assim enunciadas:

a) ampliação de crédito rural, geração de novas tecnologias e prestação de serviços de assistência, "a fim de que os agricultores, grandes, médios e pequenos possam continuar promovendo a renovação tecnológica nas terras de antiga ocupação agrícola, principalmente nos Estados do Sul e Sudeste do País e expandindo as novas fronteiras agrícolas nas áreas de cerrado do Brasil Central e de florestas da Região Amazônica com uma agricultura eficiente, de tecnologia moderna" (PAIVA, 1985, p.11). A renovação e a expansão de áreas agrícolas modernas poderão continuar a ser feitas "em grande escala por muito tempo, pois são muito extensas as áreas adequadas a essa agricultura, é muito grande o número de agricultores capazes e desejosos de entrar nesse processo de renovação e expansão e que somente esperam obter crédito para poder fazê-lo. O crédito agrícola é o fator

limitante" (PAIVA, 1985, p.11). E concluía de forma taxativa: "Não haveria pois, necessidade do Governo promover o assentamento de diversos milhões de agricultores e incorrer em todas as dificuldades, despesas e riscos desse assentamento" (PAIVA, 1985, p.11);

b) combate à posse especulativa de terra por meio do imposto territorial rural. Esta medida seria complementar à primeira e

c) adoção de um programa especial de combate à pobreza no setor agrícola. Este programa deveria atender agricultores pobres e sem terra bem como pequenos agricultores cujas propriedades agrícolas não oferecem condições para o desenvolvimento de uma agricultura comercial eficiente. Esses produtos seriam assentados em áreas agrícolas consideradas "impróprias ou menos próprias a uma agricultura comercial intensiva com base na tecnologia moderna" (PAIVA, 1985, p.12).

Nessas áreas seriam implantados núcleos agrícolas nos quais os agricultores receberiam "pequenos lotes para fazer sua agricultura tradicional, de subsistência, sem o emprego de insumos dispendiosos, mas seguindo princípios conservacionistas"⁸ (PAIVA, 1985, p.12). Para maior coerência da proposta, a moradia seria construída por meio de mutirões, formando um núcleo residencial contando com luz, água, condições sanitárias adequadas e demais benefícios julgados indispensáveis, nos dias de hoje.

A prestação de assistência técnica e o fornecimento de crédito rural ficariam condicionados e ajustados à prática de uma agricultura tradicional e essencialmente poupadora de capital. Medidas compensatórias, é claro, também deveriam ser adotadas: entre elas, uma "intensa prestação de assistência social, educacional e de saúde, que melhorassem as condições de vida do agricultor e sua família, ajudando-o a ter, embora pobre, (sic) uma condição mais digna de vida" (PAIVA, 1985, p.12). Com isso os produtores ampliariam o nível de seus conhecimentos e melhorariam a sua capacidade física de trabalho. E num futuro próximo, as suas possibilidades de trabalhar, nos centros urbanos ou em atividades não-agrícolas, seriam ampliadas. Finalmente, o Autor esperava que: "com adequada

⁸A grande inovação, além da condução de uma agricultura tradicional, enquanto esperam dias melhores, é a de seguir princípios conservacionistas.

assistência em termos de recreação, os agricultores do núcleo não teriam pressa e poderiam tomar a decisão de deixá-lo quando assim o desejassem" (PAIVA, 1985, p.12).

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os comentários feitos até agora, de trabalhos selecionados e realizados por Ruy Miller Paiva, conduzem, pelo menos à guisa de conclusão, ao seguinte:

a) não resta a menor dúvida quanto à importância da obra de Ruy Miller Paiva, quer para a formação de pesquisadores, quer para a formulação de algumas políticas agrícolas, pelo menos no âmbito do Estado de São Paulo. Para realizar suas análises o Autor sempre exigiu estatísticas confiáveis. As análises e as medidas, que a partir delas recomendava, mereceram a aceitação de uns e reprovação de outros. Elas jamais foram ignoradas;

b) não há, também, porque duvidar da sua sinceridade quando, em inúmeras ocasiões, procurou analisar a pobreza rural e as medidas propostas para enfrentá-la e

c) entretanto, as dúvidas aparecem exatamente sobre a questão da pobreza rural e sobre as medidas recomendadas, pelo Autor, para minorá-las.

Depois de recusar de forma sistemática a Reforma Agrária, na conceituação dada por J.K. Galbraith, como alternativa para a solução da pobreza rural, o Autor passou a aceitar tacitamente a continuidade de políticas que, se, de um lado, beneficiaram algumas regiões e alguns produtores, do outro, transformaram a pobreza rural em problema de âmbito nacional.

Diante da persistência dessa pobreza rural, o Autor não teve qualquer dificuldade em recomendar uma reforma agrária parcial. Parte da população rural, excluída dos benefícios da chamada modernização agrícola, deveria ficar no campo, esperando dias melhores, seja retornando à condição de colono, de agregado ou de morador e, para tanto, mudando a legislação onde for necessário, seja como trabalhadores, naquelas áreas "impróprias ou menos próprias a uma agricultura comercial intensiva", sob a proteção daquilo que o autor chama de "serviços de assistência não-convencional".

Tem-se aqui uma ilustração das tensões en-

tre o papel de pesquisador e o de formulador de medidas: as categorias de colono, de morador e de agregado poderiam ser encaradas como sistemas que em épocas de crise ou a curto prazo (é de notar que até hoje existem propostas para a manutenção desses sistemas) poderiam ser de interesse, devido a seus baixos custos monetários, daquele segmento agrícola que se mantinha (e que até hoje se mantém) aquém do regime de grande lavoura capitalista plenamente mecanizada. Contudo, em prazos mais longos, eles não chegariam a favorecer os processos de acumulação e diversificação de capitais. Foi exatamente por essas razões que acabaram sendo definitivamente abandonadas nas últimas décadas, mostrando que, neste caso, as propostas do Autor estavam equivocadas.

Triste e dramática evolução: a questão social encarada, na Primeira República, como "caso de polícia", passou agora a ser tratada, e não só apenas pelo Autor, como questão de assistência social. Para aqueles grupos que se beneficiaram das políticas agrícolas, o objeto do trabalho é, sem nenhuma dúvida, o enriquecimento. Para os demais é permanecer na condição em que nasceram, até a chegada da vida eterna⁹.

Depois de recusar, insistentemente, e por mais de quatro décadas, a reforma agrária, como alternativa à solução do problema da pobreza rural, somos aconselhados a aceitar a sua total desnecessidade. O argumento, no fundo de caráter essencialmente demográfico, é o de que os países desenvolvidos têm menos de 10% de sua mão-de-obra no setor agrícola. E que nós seguiremos o mesmo caminho.

Explicações adicionais começam a aparecer e serão, fatalmente, utilizadas com o mesmo objetivo. Em determinados círculos, já se aceita, sem maiores reflexões, que mesmo contando com as "potenciais vantagens comparativas" da agricultura brasileira, "*a inserção econômica futura do Brasil dentro da economia globalizada não será prioritariamente resolvida no campo ou na produção agrícola*" (MUELLER & MARTINE, 1994, p.21). Para esses autores o processo de redistribuição espacial da população brasileira foi altamente positivo: "*o fato do Brasil ter se tornado um*

⁹PIRENNE, (1955, p.17) na sua *História Econômica y Social de la Edad Media* assinalava que: "*A pobreza é de origem divina e de ordem providencial. Mas cabe aos ricos aliviá-la por meio de caridade*". Hoje, pede-se ao poder público para ativá-la, mais uma vez, por meio de caridade.

país francamente urbano, onde três em cada dez habitantes residem numa cidade com mais de um milhão de habitantes, é francamente vantajoso" (MUELLER & MARTINE, 1994, p.21). Além do mais, na década de 1980, as maiores cidades brasileiras começaram a exibir uma queda drástica no seu ritmo de crescimento populacional. Mesmo admitindo que a necessidade de absorver rapidamente esse "contingente demográfico" causou sérios transtornos sociais nas décadas de 1960 e 1970 (nada é dito além dessas décadas), os mesmos autores concluem: "Mas, de certa forma, o pior já passou" (MUELLER & MARTINE, 1994, p.21). Pode-se perguntar para quem o pior já passou? Certamente não foi para aquele "contingente demográfico" que não pediu para sair do campo, nem tampouco pediu para ir às cidades e que, em grande parte, acabou ficando a meio do caminho, "esperando a sorte, esperando a morte".

Resta saber, se a sociedade brasileira somente poderá funcionar com uma parcela significativa da sua população excluída de seus benefícios. A obra de Ruy Miller Paiva fica devendo a prova de que essa exclusão não é inerente ao sistema capitalista, e que ela seria apenas circunstancial.

LITERATURA CITADA

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo: Brasil.** Goiânia: CPT, 1993.
- CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre os meios de subsistência do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239p.
- GALBRAITH, J. K. Conditions for economic change in underdeveloped countries. **Journal of Farm Economics**, v.33, n.4., Parte 2, p.689-96, nov. 1959.
- MARTINS, José S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- MEDEIROS, L. S. **A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964.** São Paulo: USP/FFLCH, 1982. mimeo. Dissertação de Mestrado.
- MUELLER, Charles C. & MARTINE, George. **Modernização agropecuária e mudanças na população rural de áreas de agricultura dinâmica do Brasil - a década de 1980.** In: ENCONTRO FRANCO BRASILEIRO, 3. Campinas, 31 ago. a 2 set. 1994. Campinas: UNICAMP/IG, 1994. mimeo.
- PAIVA, Ruy M. Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira. In: CONTADOR, Cláudio R. ed. **Tecnologia e desenvolvimento agrícola.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. p.195-231. (Monografia, 17).
- _____. **Objetivos econômicos da reforma agrária.** In: SOPRAL. **Aspectos econômicos, jurídicos e sociais da reforma agrária.** São Paulo: SOPRAL, 1985. p.3-21.
- _____. **Retorno da agricultura de São Paulo para as zonas velhas: fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país.** **Agricultura em São Paulo**, SP, v.7, n.9, p.1-22, set. 1960.
- _____. **A revisão agrária de São Paulo.** _____, SP, v.7, n.4, p.1-2, abr. 1961.
- _____. & DIAS, Rubens A. **Recente evolução da agricultura em São Paulo.** _____, SP, v.7, n.1, p.3-39, jan. 1960.
- _____. ; SCHATAN, Salomão; FREITAS, Claus F.T. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS, 15. São Paulo, ago. 1973. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1973.
- PIRENNE, Henri. **História económica y social de la edad média.** 6.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- RUY MILLER PAIVA. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.9, n.5, p.1-2, maio 1962.

SANTOS, José V.T. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. **Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.1, p.4-11, jan./abr. 1992.

SILVA, Sérgio S. Estrutura agrária brasileira: continuidade e ruptura. In: SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO INSTITUTO DE INVESTIGA-

ÇÕES. Mexico: Universidad Autónoma, 1978. mimeo

TOLENTINO, C.A.F. **A revisão agrária paulista: a proposta de modernização do campo do governo Carvalho Pinto.** Rio de Janeiro: Universidade Rural/CPDA, 1990. mimeo.